

Visita de Julian Gorkin

Regressando de uma viagem ao Chile, passou por São Paulo, o conhecido militante socialista e intelectual espanhol Julian Gorkin. Veio à América do Sul tratar da organização do Congresso pela Liberdade e pela Cultura, cujo sede está em Paris e que já conta com numerosas organizações e correspondentes em todo o mundo.

Gorkin já era conhecido de há muito, nominalmente, pelos socialistas brasileiros, através de sua atua-

capacidade de trabalho, não se satisfaz com a simples divulgação de idéias, em livros, revistas e jornais. Tem sido incansável batalhador e organizador na ação política pelo socialismo e contra todas as formas de opressão totalitária. Presentemente, Gorkin faz parte do Conselho dos Estados Unidos da Europa, entidade que vem se batendo pela unidade política de todos os povos europeus, dentro dos princípios democráticos.



ção marcante no movimento socialista e de suas obras literárias e escritas políticas. Como um dos dirigentes do Partido Obrero de Unificación Marxista da Espanha, teve participação destacada na luta do povo espanhol contra Franco, e, depois da vitória fascista na Espanha continuou como um dos líderes da resistência anti-franquista.

Gorkin tem sido, ao mesmo tempo, implacável inimigo das idéias e tendências totalitárias que invadiram o campo operário e socialista, através da influência do regime russo. Homem combativo e dotado de grande

Os socialistas de São Paulo tiveram, agora, oportunidade de conhecê-lo pessoalmente, em breve visita que ele faz à sede do Partido Socialista. E puderam, dessa forma, conhecer de perto a admirável personalidade desse homem que já conta com larga experiência na luta pelo socialismo e pela liberdade.

Gorkin, na visita que fez aos socialistas de São Paulo preferiu uma palestra sobre as perspectivas dos Estados Unidos da Europa e do movimento socialista europeu. Publicamos, acima, uma fotografia do nosso visitante, quando proferia a sua conferência.

O PARLAMENTARISMO

Antonio Cândido

A longa paciência do sr. Raul Pilo parece ter frutificado ao ponto de nos termos agora sob a ameaça de uma emenda constitucional que visa abrir caminho para a instauração do sistema parlamentar de governo. Entende-se por isto o fato de o poder executivo ser exercido por ministros responsáveis perante o poder legislativo, em cujas câmaras deve o governo por eles formado contar com maioria nas questões fundamentais; caso contrário, forma-se um novo governo que obtenha a confiança das câmaras, podendo-se dissolver a dos deputados e proceder a novas eleições, quando se torna difícil superar uma crise. A essência do sistema é a desconfiância do poder exercido por um só de modo independente e por tempo prefixado, bem como a suprema reconhecida ao mandato popular dos legisladores. A sua virtude seria a de impedir os governos pessoais, as tendências ditatoriais, as irresponsabi-

lidades do executivo, e estabelecer a possibilidade de consultas mais profundas à opinião do eleitorado. Em si, o parlamentarismo não é bom nem mau: depende do meio social em que funciona, e que vai determinar a sua eficiência ou o seu malogro. Para julgarmos do seu oportunidade e da sua vantagem, é preciso também indagarmos quais as finalidades que atribuímos a um sistema de governo e como interpretamos o seu funcionamento na sociedade.

Para o socialista, o atual regime é mau, não por causa da forma de governo, mas do seu conteúdo. Por outras palavras, é mau devido a uma errada organização da produção e da distribuição, que gera desigualdade entre as classes, resultando daí desajustamentos que desvirtuam a vida social e bloqueiam as melhores possibilidades de realização humana dos grupos. De tudo resulta ineficácia e injustiça, ou sejam, contra-

dições no plano prático e imoralidade no plano ético. Por isso, a reforma que nos interessa, como socialistas, é de base, não de casca. O parlamentarismo viria alterar a forma política do atual regime; não o seu conteúdo econômico-social. Inicialmente, portanto, devemos fazer a constatação de que é uma questão secundária para o socialista.

Então, — pergunta-se — é indiferente para um socialista ser ou não parlamentarista? Entra aí outra questão, que é a da eficiência do sistema; o socialista está interessado em que o governo burguês se organize de modo a garantir o mínimo de possibilidades para a nossa militância e para os reformas que reivindicamos. Interessamos-nos um sistema em que possamos infiltrar cada vez mais os nossos idéias e os nossos princípios econômicos, políticos e culturais, até que eles avulsem de tal modo, que fiquem incompatíveis com a ordem social vigente. Aí, teremos a sua substituição por um outro tipo de governo, popular e socialista. Assim, embora lutemos por uma reforma do conteúdo (isto é, por uma revolução), não nos interessamos que esse seja o resultado.

Ora, a formação histórica do Brasil mostra claramente que o atual sistema presidencialista ainda é menos mau do que um eventual parlamentarismo, de que aliás já tivemos experiência ao tempo do Império. A sua adoção seria o prelúdio do caos, e todos aqueles males agora tão avultados, pareceriam desde logo ainda mais graves e sem remédio.

Vejam-se rapidamente alguns motivos que levam a esta afirmação. Em primeiro lugar, é indiscutível que o bom funcionamento do sistema parlamentar pressupõe a existência de uma opinião pública mais ou menos definida. Com efeito, o governo de gabinete funda a sua força no Legislativo, cuja autoridade decisiva proviria justamente do fato de corresponder aos anseios populares. A formula seria mais ou menos a seguinte: opinião pública, igual a vontade soberana do povo; deputados, igual a mandatários diretos desta vontade: logo, parlamento, igual a fiel da balança política e fonte do poder executivo. A fórmula prática seria: opinião pública formada e consciente, igual a expressão justa da vontade popular: deputados eleitos, igual a mandatários de uma vontade capaz de articular-se e exercer efetivamente controle sobre os seus atos; parlamento, igual a representante autêntico do povo soberano, podendo a cada momento ser rejeitado aos seus ditames: poder executivo emanado do parlamento, igual a fiel da balança porque pode a cada momento ser submetido ao teste da vontade popular por meio da confiança dos seus mandatários, em primeiro grau, e da confirmação ou revocação dos mesmos, por consultas possíveis, sempre que necessárias.

Basta rever as formulas (puramente ilustrativas e sem nenhuma pretensão de rigor) para se perceber a sua importância. (Continua na pág. 7)

Diretor Responsável: Antonio Costa Corrêa Gerente: Nozair Mata Marcondes	ANO V EDITADO PELA COMISSÃO ESTADUAL DE SÃO PAULO DO PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO	20 de Junho de 1953 N.º 2	Redação e Administração: Rua João Adolfo, 118 4.º Andar SÃO PAULO - BRASIL
---	--	------------------------------	---

Tolha Socialista

Brigam Garcez e Adhemar, ganha o povo

Parece consumada de vez a briga entre Ademar e Garcez. Este, com a surpresa que lhe causou a vitória de Jânio em São Paulo, tratou de tomar outros rumos. Verificou que Ademar já não é mais o "grande eleitor" que dizia ser. Verificou que o povo de São Paulo está animado de verdadeiro ódio contra a quadrilha ademarista instalada, que tanto contribuiu, com os seus gatunagens nos postos de administração, para o agravamento dos problemas econômicos e sociais da população. Por isso, Garcez sentiu que já é tempo de ir se desvinculando de seu parceiro de ontem, se não quiser, ele também, ficar liquidado politicamente. Daí o começo da briga com Ademar e, também, a encenação de algumas medidas de "moralização administrativa" feita pelo governo do Estado.

É claro que na briga de Garcez com Ademar também vai uma grande dose de conflito de ambições pessoais. Garcez já deve estar sonhando com a candidatura à Presidência da República. Já é quase uma tradição da política conservadora do Brasil a de sair o presidente da República do Governo do Estado de São Paulo. A burguesia paulista, que é o grupo econômico e social mais forte do país há muitos anos, reivindica, naturalmente, o comando político do Brasil. Por isso, quando um cidadão, ainda que sem grande expressão política, é levado ao governo de São Paulo, logo se põe a pensar que está sobre um degrau da escada que leva ao Cateite. Mas, no caso atual, há o sr. Ademar, cuja grande ambição é ser "gerente" do Brasil como ele mesmo diz, isto é, instalar uma grande agência administrativa, no Cateite, no caso de não poder admitir que o seu pupilo, sr. Garcez, assumisse o cargo que remotamente, a idéia de ser candidato à Presidência da República.

Nessa briga, provavelmente, Garcez levará a melhor. O P.S.P. é partido organicamente governista, que não pode existir fora do poder. sem os favores e negócios propiciados pelo governo. Portanto, consumada a briga, 90% do P.S.P. ficará com Garcez contra Ademar. E isto representará mais uma pé de cal na desenfreada ambição do "grande eleitor" que pretende ser o "gerente" do Brasil.

Não há que nutrir nenhuma simpatia pelo sr. Garcez, cujo governo está marcado pela ineficiência e pela corrupção. O simples fato de haver ele se prestado tanto tempo ao papel de biombo para esconder as patifarias ademaristas e pessepiastas é suficiente para que lhe votemos solene repulsa. E, também, sabemos que nessa briga há muito de ambição pessoal de sua parte, muito do desejo de não naufragar politicamente junto com Ademar e, se possível, galgar novas posições. E, no momento em que o próprio Brasil está naufragando, numa crise econômica e social sem precedentes, tais ambições pessoais são verdadeiramente repelentes.

Mas, de qualquer forma, a briga de Garcez com Ademar é um fato positivo na política brasileira. A liquidação política de Ademar melhora as perspectivas de consolidação do regime democrático em nosso país. O que devemos dizer, por ora, é apenas isso: brigam Garcez e Ademar, quem ganha nessa briga é o povo brasileiro.

CONVENÇÃO NACIONAL

Realizar-se-á em S. Paulo, nos dias 10, 11 e 12 de Julho, a Convenção Nacional Ordinária do Partido Socialista Brasileiro.

A Comissão Executiva Nacional elaborou a seguinte agenda dos trabalhos:

- examinar a situação política nacional e traçar a orientação política do Partido;
- examinar a questão sindical e a questão agrária;
- tratar de quaisquer assuntos constantes das letras a e c do art. 15 dos estatutos;
- eleger o novo Diretório Nacional.

Art. 15. Compete à Convenção Nacional:

- deliberar sobre questões de princípios ou de orientação política, modificar o programa, reformar os Estatutos e resolver sobre fusão com outros partidos;
- aprovar teses e moções a serem submetidos aos poderes públicos federais.

A "Honest" Administração do Sr. Garcez

Discurso do deputado socialista Cid Franco na Assembléa Legislativa, em 8 de Junho.

É um paradoxo. Temos no Governo do Estado um professor universitário e nunca o ensino em S. Paulo atravessou mais precária e desorganizada situação.

Os jornais noticiam que funcionários eram admitidos até por telefonemas. Agora, estão sendo demitidos, a pouco e pouco. Entraram em doses alótropas e estão saindo em doses homeopáticas.

E os partidários do Sr. Governador, inflando o pélo, afirmam que sua excelência vai moralizar a Secretaria.

Mas — vem a talho de foice, aqui, esta pergunta — só agora? Durante todo o tempo em que tais irregularidades se deram, que é o tempo das suas boas relações com o criador e sustentáculo da sua candidatura, o Governador Garcez não percebia essas mesmas irregularidades? E tinha o direito de ignorá-las?

Descobriu-se tarde, muito tarde. Não se pode negar, de boa fé, a responsabilidade funcional de sua excelência.

O atual Secretário da Educação, que gasta por mais de dois milhões de cruzeiros na adoção fantasmagórica da Secretaria em nova sede, é responsável pelos erros no setor do ensino. Mas o principal responsável, que não o alio, que o sustenta, que o empaa, que lhe ratifica os erros, não é o Governador Garcez?

Como podem certos correntes políticas elogiar o Governador e censurar exclusivamente os seus subordinados? Que lógica administrativa é essa?

O perolário ajudante do professor Garcez na pasta da Educação é tão culpado como o próprio Governador. Critiquemos os dois. Não separemos um do outro. A corrupção da crítica, muito bem ajustada à cabeça grisalha do primeiro, também cabe na cabeça grisalha do segundo. Admitem-se funcionários mediante pedidos telefônicos? Mas quem os fazia? Não eram elementos da política do Sr. Garcez? E foi preciso que transcorresse tanto tempo — mas tanto tempo! — para que sua excelência abrisse os olhos e desaperasse do seu torpor administrativo e político?

O Partido Socialista não pode aceitar como exemplo de verdadeiro administrador o homem que acorda tão tarde, que durante tão longo período nada viu ou, se viu, nada fez contra os erros que agora se tornam públicos.

E se não houvesse o rompimento (há mesmo?) que se propala, de boca cheia, entre o criador e a criatura?

As eleições de março para a Prefeitura Municipal de S. Paulo, não foram feitas, mas o candidato apoiado, entre outras correntes, pela política social-progredista do sr. Garcez e do Sr. Adhemar, que falavam juntos em comícios, que andavam de braços dados, que viviam ligados pela amizade que unia o criador à criatura?

Que faria o Sr. Garcez? Deixaria que se publicassem como roje faz, irregularidades e erros que parece atribuir, com finura, com sutileza, a certos auxiliares de sua administração, que também combati nesta Assembléa? E quando os combati por, sua excelência permitiu que as respostas da Secretaria não fossem desfavoráveis?

Quando era realmente sincero sua excelência? Naquele tempo ou agora? Com quem estava a razão? Comigo ou com sua excelência?

Não tem o Partido Socialista, nesta casa, homens de meios termos, de meios palavras, de meios medidos.

Objetivando, neste segundo discurso, o pasta da Educação, afirmam os socialistas, pela minha vez, que o Governador Garcez não corresponde ao nome e à ilustração do professor da Universidade.

E não fazemos distinções entre períodos e secretários. Análisisamos o conjunto, o todo, e não esta ou aquela circunstância particular.

Quando a autoridade é acomodada, quando se entibia em contemporizações, quando se comprometia em protecionismos inqualificáveis, como é o caso da administração Garcez, que surgiu dar vícios e dos erros da administração Adhemar, quando procura ou proclama corrigi-los depois de tanta cumplicidade, é natural que os subordinados abusem, claudquem, sem nenhum respeito funcional ou mesmo simplesmente humano, com o maior audácia, o máximo descaramento.

Nada melhor que o fato, o fenómeno, a realidade, para a comprovação de afirmativas como a que acaba de ser feita.

Pois vamos ao fato.

Sob a gestão do atual Secretário, sob os ordens supremas do Sr. Garcez, no seu Governo, dão-se abusos como esse que acaba de explodir na publicação jornalística. E ainda bem que vivemos num regime em que eles podem explodir.

Refiro-me, senhores deputados, ao caso da funcionária, que não sabia que era funcionária, que recebia, como empregada doméstica, das mãos de determinada senhora, 700 cruzeiros mensais, embora o que devesse receber do Tesouro subisse a 2.600 cruzeiros.

Exibo em Plenário a fotocópia de um documento. É a primeira página do processo administrativo sobre o assunto.

Vou lê-la: "Ana Joffre, acompanhada de seu irmão Manuel Joffre, condutor da C. M. T. C., residente à Avenida Cabuçu n. 82, bairro do Tucuruvi, Capital, tendo sido admitida como servente diarista do Departamento de Educação por ato de 5-11, publicado a 9 de novembro de 1952, em vez de trabalhar para onde foi admitida, recebeu ordem do Oficial de Gabinete, dona Janilda Wariy, para trabalhar em sua residência, à rua Vergueiro n. 249 apartamento 502, como criada de servir e a determinação de receber, à rua Vitória n. 32, seção de Contabilidade, um papel assinando uma folha, e entregar a ela, dona Janilda, o papel recebido, e mensalmente recebia o ordenado total de seus serviços de Cr\$ 700,00 mensais, embora o seu salário de folha, como foi verificado por um seu parente, é — o português pertence ao documento —

Valores Morais e Políticos na Eleição de Jânio

Antonio Costa Corrêa

O grande acontecimento que foi a eleição de Jânio Quadros para a Prefeitura de São Paulo e os dois meses decorridos sob o novo governo municipal contém valores políticos e morais que representam importante talha positiva para o futuro de nosso país.

Um dos maiores perigos que nos ameaçam, no momento, é a falência do regime democrático, que mal chegou a ensaiar seus primeiros passos no Brasil. A democracia brasileira nem bem começou a existir, incipiente e débil, logo se viu ameaçada, não tanto de morte violenta, através de golpes, mas de morte lenta, por inanição, por incapacidade orgânica de se desenvolver e consolidar. Isso porque os homens que tiveram o comando político, desde 1945, eram, em grande maioria, inimigos da democracia, reacionários, ou, na melhor das hipóteses, oportunistas que passavam a aceitar o regime democrático apenas como esqúia de nova moda que devia ser adotada pela gente de "bon trato". Enquanto isso, todos os problemas econômicos e sociais que permaneceram sem solução durante a ditadura getuliana, continuaram a fustigar o povo, com o agravante de que o povo começou a tomar mais consciência desses problemas, graças à relativa liberdade de imprensa instaurada, enquanto que antes muitos desses problemas eram ignorados, devido à silba imposta à imprensa.

Na eleição de Getúlio, em 1950, o povo brasileiro se movimentou com entusiasmo e muita esperança. A razão se como a candidatura "dos pobres" contra os demais, que haviam ficado conhecidos e "dos políticos". E houve muita gente bem intencionada que acreditou mesmo na regeneração do getulismo, através do impulso renovador do entusiasmo popular, do calor purificante do movimento operário desencadeado em torno da eleição de Getúlio. Mas o governo de Getúlio logo tratou de liquidar esses ilusões. Depressa mostrou ser aquilo que sempre fora, um governo de homens medíocres e corrompidos, indiferentes aos problemas nacionais e populares mais prementes. Alguns meses decorridos e já estava espalhada pelo país a desilusão e já se apontava Getúlio, entre seus ardorosos eleitores de ontem, como um "político iluso aos outros".

Essa grande desilusão que representou o governo de Getúlio para

milhares de milhares de trabalhadores causou um estado de desânimo e ceticismo dos mais profundos, nos meios populares. Em São Paulo, sobretudo, isso era bem visível, pois aqui os ilusões tinham sido maiores e, portanto, maior foi a decepção. Não só porque a predominância da massa trabalhadora influenciada pelo getulismo aqui era maior, como, também, porque aqui já se havia sofrido a grande desilusão que representou o governo de Ademar, cuja eleição fora affiançada por Prestes e pelos comunistas e que depois se revelou o governo da reação e da gatunagem os mais desonrados.

Esse estado de desânimo e ceticismo em relação ao regime democrático significa, na prática, o definhamento desse regime. A democracia, no Brasil, na verdade, só poderia afirmar-se como um regime dinâmico e progressista, onde surgissem logo as perspectivas de solução para os problemas crônicos do povo brasileiro — sujeição semi-colonial, atraso econômico, pauperismo, ineficiência administrativa, corrupção, etc. Desde que o regime entrasse em fase de polarização, entraria logo em decadência. E era isso que vinha acontecendo, sem dúvida alguma.

As eleições de 22 de março, porém, representaram uma contra-marcha nesse processo de decomposição política. Qualquer que seja a forma pela qual se encaire a eleição de Jânio — voto de protesto contra o governo, voto contra o encarecimento da vida ou voto em favor de um homem de comprovado desvio à causa popular — é innegável que essa eleição foi uma grande explosão de vitalidade do povo de São Paulo. Vitalidade que os nossos "políticos" nem sequer sonhavam pudesse existir há mais, acostumados que estavam já com a ideia de que o povo, cético e desanimado, facilmente seria conduzido para qualquer lado, pelos "donos" do eleitorado instalados nos "grandes" partidos burgueses.

Elegendo Jânio por colossal maioria, através da modesta organização de dois partidos até então considerados pequenos e quase sem recursos financeiros, o povo de São Paulo demonstrou que suas energias morais permaneceram vivas, apesar dos golpes que têm sofrido, com os sucessivos deslizes causados pelas antessias das eleições. E isto é fato novo com que todos têm de contar. Não só os oportunistas que são os profissionais da política burguesa, como, também

os socialistas e todos os demais batalhadores e idealistas que desaperavam diante dos sucessivos erros eleitorais do povo brasileiro. Os políticos oportunistas, que tiveram uma dura lição, aprenderam que não é possível considerar as eleições num grande campo populoso, em nosso país, em termos de demagogia barata, propaganda endinheirada e trabalho de cabos eleitorais, como aconteceu nas eleições anteriores. Os socialistas e demais militantes políticos que buscam soluções justas e têm um ideal social como objetivo, aprenderam que a confiança na inteligência e na energia do povo nunca é desmerecida, mesmo numa fase de aparente decomposição e apatia geral como esta que atravessamos.

Mas todos esses valores morais e políticos trazidos à tona pela eleição de Jânio podem perder-se e a Brasil poderá redotar o caminho da estagnação e da decomposição, em ritmo talvez mais rápido. Basta, para isso, que o governo municipal de Jânio Quadros passe a ser considerado, nos meios populares, como mais uma decepção, como um governo igual aos outros que por aí estão, isto é, um quadro de ineficiência, corrupção e indiferença ante os problemas.

E, para que isso aconteça, naturalmente, muita gente está conspirando: uma multidão de políticos influentes e malandros instalados em altos postos da administração, negociatas e aproveitadores que tiveram seus negócios contrariados com a nova administração, assim como os militares radicais acostumados a cavações escusas nos cofres municipais, enfim todos aqueles que se beneficiam da decomposição política e moral do país, os necrófilos do nosso precário regime democrático. Uma vez transformada a eleição de Jânio em mais uma gigantesca desilusão para o povo de São Paulo, este cairá num estado de prestação política e ceticismo do qual dificilmente sairá de novo, para uma demonstração de força e vitalidade como a de 22 de março último. E isso significa que num futuro talvez não distante não poderíamos contar com as energias populares para a sobrevivência da democracia ou mesmo, quem sabe, para a sobrevivência da própria nacionalidade.

Dá a grande responsabilidade que pesa sobre os ombros de Jânio Quadros e do equipe de bons lutadores de que se cercou no governo municipal. Não é só a responsabilidade de não fracassar na solução dos problemas que se propôs resolver. É, antes de tudo, a responsabilidade de manter acesa a chama da confiança popular, de transformar em realizações concretas e facilmente compreensíveis para todos o voto de perto de duzentos mil paulistas. É a responsabilidade de não oferecer nenhuma oportunidade para a propagação e para os cilios dos reacionários, negociatas e aventurários políticos, que estão armados de dinheiro, de imprensa e de poder político para continuar no seu trabalho de verminose.

Os dois meses já decorridos do governo municipal de Jânio Quadros mostram que ele está em condições de se manter à altura de tais responsabilidades. E, por isso, esperamos, que, com o seu trabalho continuado e enérgico, ele consiga multiplicar os valores morais e políticos já ganhos com as eleições de 22 de março.

de Cr\$ 2.600,00 mensais, podendo isto ser confirmado pela encarregada da seção já mencionada.

"Como neste mês me recusasse a entregar-lhe o papel assinado, que é um cheque do Tesouro do Estado, fui brutalmente agredida e ameaçada de perder o lugar, ameaçando-me dona Janilda de perseguição maior se revelasse a alguém o sucedido.

"Declaro, a bem da verdade, que fiz espontaneamente este depoimento e que é a expressão pura da verdade e de fácil comprovação, pois minha família tem conhecimento do caso.

"São Paulo, 18 de maio de 1953 (a) Ana Joffre. (a) Manuel Joffre"

Senhores deputados, tudo isto é tão impressionante, marca de forma tão profunda os erros e vícios administrativos e políticos de uma época, revela tão assustadoramente a inversão de todos os valores de ordem ética, tudo isto é tão alarmante que eu quase não acredito seja verdadeiro.

E não acreditaria, de fato, se não tivesse a maior confiança na integridade moral das pessoas que me forneceram os dados e o documento.

Os jornais estão noticiando este fato.

Este fato é um símbolo. Não é apenas o símbolo de um Governo que se comprometeu com os desmandos do seu criador e antecessor.

É um símbolo do próprio sistema econômico, político e social em que vivemos.

Era o que me cumpria dizer, Sr. Presidente, em nome do Partido Socialista.

A Conferência do Patronato e a Solicitude do Peleguismo

Perseu Abramo



Realizou-se em São Paulo, de 28 de maio a 4 de junho, a 1ª Reunião Plenária da Indústria para Exame do Conjuntura Econômica Brasileira. Sob a proteção paternal do sr. Euvaldo Lodi — que, todavia, foi muitas vezes derrotado — o patronato industrial do país fez várias exigências aos poderes governamentais e reafirmou seu domínio arrogante sobre o proletariado. Fez exigências quando pediu ao Governo reconhecer seu direito de participar do Estado. E reafirmou seu domínio ao recomendar a adoção dos mais reacionários dispositivos de previdência social e contratos coletivos de trabalho. Três aspectos dessa reunião, porém, merecem maior atenção.

O primeiro é uma afirmação que o delegado paulista à Reunião, sr. Costa Santos, pronunciou na sessão solene de encerramento, e que talvez tenha passado despercebido, não só aos seus colegas, como ao próprio orador. Disse o delegado paulista que essa reunião de industriais não se propunha — como sempre feito as anteriores — a apresentar ao Governo soluções para os problemas econômicos do país, mas apenas a sugerir providências que viessem a minorar os males decorrentes desses problemas. Com essas palavras, o membro da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo reconheceu — talvez sem o saber — a incapacidade do a burguesia industrial do Brasil resolver os problemas econômico-sociais que ela mesma criou. Realmente, a profunda disparidade atual entre o custo de vida do povo brasileiro e o seu poder aquisitivo indica que a burguesia capitalista do Brasil chegou à fase — tão esperada pelos socialistas — em que não mais sabe superar-se a si mesma e entra, verginuosamente, em colapso. A crise industrial — e portanto econômica — do Brasil, é a grande oportunidade para o socialismo.

O segundo aspecto é a presença, na mesa que dirigiu os trabalhos de encerramento da Reunião, do sr. Decleciano de Holanda Cavalcanti, presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria — o mais lídimo e dedicado representante do patronato industrial no Brasil. O interesse do por menor não reside certamente na sua presença à Reunião, mas no que lá foi fazer o presidente da CNTI: entregar, solenemente, aos industriais do país, o opóio, a lealdade e o regozijo dos trabalhadores brasileiros. No meio da aprovação geral — aprovação que não faltou certa dose de ironia — o presidente da CNTI congratulou-se eloquentemente com os industriais por terem estes aprovado uma tese recomendando a manutenção do princípio da unidade sindical, instrumento — disse o orador — da paz social no Brasil. Evidentemente, a identidade de opiniões entre o presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria e o presidente da Confederação Nacional da Indústria não é muito de estranhar-se, em se tratando de organismos nascidos da legislação social do sr. Getúlio Vargas.

O que talvez seja de estranhar-se — e esse é o terceiro aspecto — é a identidade de pontos de vista, a respeito da vida sindical, que existe entre os patrões, os representantes

ASPÊTOS ECONÔMICOS

Por PIRAJÁ

Neste primeiro contacto nosso com os leitores de FOLHA SOCIALISTA, novamente posta em circulação, vamos fazer alguns comentários sobre um velho tema, o que não impede esteja ele sempre na ordem do dia: a situação nacional. Teremos talvez de ser severos, rudes mesmo, ao fazer referências a homens e coisas do momento histórico em que vivemos, mas contamos com a generosidade dos nossos eventuais leitores para os excessos de linguagem, em os havendo.

O Brasil vive, não há como se ocultar, um dos períodos mais graves de sua história econômica e tanto mais grave ele se apresenta, quanto nós sentimos que os chamados elites dirigentes, ou o governo que os representa, estejam nem comprometidos e nem à altura da situação. De todos os setores em que se divide a atividade dos brasileiros vem o mesmo clamor: o país está em perigo; é ameaçada a conjuntura que atravessa a nação; a crise atual é muito séria e diferente de tantas outras já registradas na curso de sua existência. E, recentemente ainda, uma alta patente militar, como que fazendo coro a esse clamor generalizado, concedeu uma entrevista na cidade do Salvador dando retiramos os seguintes palavras que bem refletem os seus apreensões: "alguma coisa está para acontecer no Brasil".

Realmente o nosso país está atravessando grandes dificuldades e a crise de que se fala há tanto tempo, a cuja presença de certo modo endêmica já se ia habituando o seu organismo econômico, ameaça, em se tornando epidêmica, destruir esse mesmo organismo.

Quando, porém, fazemos referências a uma crise brasileira, não temos presente essa decomposição moral, essa degradação de nossos costumes políticos que destrói e devora esta grande nação. No entretanto essa corrupção de caráter, num país cujo expoente mais representativo é "um herói sem caráter", responde pelo baixo nível a que chegou a direção dos negócios públicos no Brasil. Ele é culpado também por essa série inacabável e dolorosa de crimes, do negócios escusos que aos olhos da nação estarecida, se procedem à sombra do poder máximo entre nós, que é o poder executivo, como ficou comprovado por esse tremendo inquerito que, com requinta malícia e ocultos interesses, magistralmente atual presidente da República proceder no Banco do Brasil. Não há grave, porém, se isso é possível, do que os crimes que esse inquerito apurou, foi a displicência com que o chefe da nação arquivou-o e continuou lidando, como se de nada soberbo, com os traficantes todos ali apontados.

Atentados semelhantes, crimes análogos contra a economia nacional continuam sendo praticados e diariamente apontados pela imprensa independente deste país, sem que o "Presidente da República Divertida do Brasil", como fomos apontados por um articulista francês, depois do célebre carnaval de Corbeville, saia de sua já proverbial atitude de indiferentismo, da insensibilização com que exerce as funções de primeiro magistrado da nação.

Só mesmo a crise de caráter a que nos estamos referindo, explica na "República Divertida do Brasil" a conivência da Presidência da República com "peculatos e malversões" registradas no referido inquerito, como responde pelo fato de que ministros se mancomunem para furtar dinheiro público; que senadores e deputados assaltem os cofres do Banco da Nação; que oficiais do exército mancomunem-se em negociações incompatíveis com o brito e a honra militar; que um general, não podendo explicar a origem do movimento insustado de suas costas num banco, declare, sem que nada lhe aconteça, que o dinheiro provinha de lucro no jogo do poker; que o próprio Palácio do Catete receba, de presente, uma geladeira de 200 mil cruzeiros para calar-se ante o espetáculo vergonhoso do assalto; que um senador se aproprie de somas importantes que lhe foram entregues para uma sociedade beneficente não existente; que um aventureiro, comercialmente falido, mas de intensíssima atividade política, consiga ficar devendo ao banco oficial mais de 366 milhões de cruzeiros; que uma empresa metalúrgica particular leveva, também no banco oficial, nada menos de 700 milhões de cruzeiros. (Anhembi n.º 30 pag. 415)

Por último porém não menos grave, é ainda a falta de caráter cujo manifestação primeira em nossa gente é o "inocente" hábito de mentir, que explica também a insensibilidade, a naturalidade com que membros da família do chefe da nação tenham participado desse baile de dinheiro e donde resultou o nosso nome, "república divertida", no castelo de um construtor de má fama, em plena capital francesa estarecida e escandalizada.

Não é porém, dessa crise que nos propomos ocupar hoje e em outras oportunidades que nos foram oferecidas por FOLHA SOCIALISTA. A crise de que nos ocuparemos é de ordem econômica, crise essa que diariamente avulta e ensombrece os destinos do Brasil. Estamos opressivos, estamos mesmo sem perspectivas para o futuro imediato da nação.

Não é certo, senão em parte, a explicação que nos dá o sr. ministro da fazenda e tão inadvertidamente aceita por tantos brasileiros, de que a crise que nos assobbera seja uma "crise de crescimento", os tropeços que se podem registrar até mesmo no organismo humano quando o seu desenvolvimento se faz de maneira patológica. O diag-

nóstico oficial, uma espécie de justificação para a incapacidade governamental de contornar, de encerrar resolutamente os efeitos danosos de uma industrialização que se processa num país agricamente miserável, não é, no nosso entender, um diagnóstico correto. Não é crise de crescimento esse boco sem saída em que está entalada a nação. Nela está ela metida, em grande parte, senão exclusivamente, porque, desde 1930, quando se fez uma revolução para dividir e distribuir os cartórios da Capital da República, a direção dos negócios públicos ficou entregue a cibaritos, a indivíduos incompetentes e a aventureiros do pior espécie.

Hoje como antes do fase crítica a que chegamos, sempre que uma oportunidade surge exigindo conhecimento dos problemas e ação, o sr. Vargas cruza os braços no umbigo e "deixa tudo ficar como está para ver em que fica". Não é outra a sua atitude agora, quando a crise de energia elétrica ameaça da paralização setores importantes da atividade industrial do país. Chamado insistentemente a dar uma solução ao caso, ele nomeia uma Comissão de impedimentos torçuratos para descobrir meios de arranjar dinheiro para o sonho seu de organizar uma empresa estatal que se encarregue de fornecimento de energia elétrica no país. As fábricas de Rio e São Paulo estão parando um e dois dias por semana, milhares de trabalhadores estão morrendo a mingua, mas o chefe dessa imensa burocracia que é o nosso país, ele mesmo o maior burocrata de todos, só encontra mesmo uma solução para a calamidade que atinge, que fere de morte na veia da sangria o organismo financeiro da nação, só encontra ele uma solução, dizíamos, que é a nomeação de uma comissão de seus técnicos para estudarem as causas remotas da calamidade. Não há dúvida, estamos em presença, não só de diremos de um regime, mas de um governo falido.

Em face dos dificuldades que a todos assobberam, metido o país no boco sem saída em que está, de nada servem as palavras de falso altíssimo de seus dirigentes, não tem qualquer sentido a bela explicação de que tudo vai bem, que a nação cresce, um pouco mais aceleradamente do que devia e por isso está ela sofrendo de uma crise de crescimento, que uma espécie de gigantismo ataca o organismo da nação. Tenham calma, diz o chefe do governo, tudo vai se normalizar, pois já está nomeada a comissão que nos vai dizer o mal de de que realmente sofre o nosso doentinho e o consequente tratamento a ser indicado.

O Brasil realmente se tem desenvolvido, a olhos vistos se processa a industrialização do muitos produtos que recebíamos regularmente do estrangeiro. É certo que esse desenvolvimento se verifica um pouco desordenadamente, numa época em que a planificação de todas as atividades se torna, cada vez mais, uma necessidade imperiosa. Até aí tudo estaria mesmo normal e dentro do velho liberalismo econômico. Outros povos passaram pelas mesmas dificuldades. A Inglaterra, a Alemanha, os Estados Unidos, a França, foram também assobberadas por várias crises, algumas de grande profundidade, mas tiveram forças para sobreviver e continuaram, depois, a fase de ascensão.

É necessário porém não nos esquecermos que, então, estava a burguesia em plena marcha ascensional, as forças econômicas do capitalismo tinham uma vitalidade que não podem ter as forças capitalistas numa fase que, queremos ou não, é de caminhamento para o ocaso, para o seu desaparecimento histórico. Esse o grande motivo porque julgamos particularmente grave o momento em que vivemos.

O fenômeno não é brasileiro, é universal. Se a Inglaterra, para citarmos um exemplo, consegue sobrenadar e talvez vencer as dificuldades que sombrearam o destino do povo inglês, é porque havia ali reservas, inclusive reservas morais, que não podemos esperar encontrá-las aqui, no hora atual.

É possível que o militar a que nos referimos acima tenha razão e que alguma coisa de muito sério esteja para suceder em nosso país. É possível que outras forças econômicas e políticas procurando sobreviver à catástrofe em que estamos ameaçados de assobberar como nação democrática e independente, venham a tonar, lutem, vençam e, empalmado o poder político, conduzam o Brasil de molde a se tornar ele um dia no grande celeiro, apesar de seus terras estorem sendo destruídas pelas queimadas e pelo erroso consequente.

Apesar de tudo, e em que pese a destruição de tantos daqueles elementos com que se poderia contar para a marcha no sentido acima apontado, não é impossível que ocupe o Brasil, amanhã, a posição histórica a que, em face de tanta riqueza ainda por explorar, poderia e deveria aspirar.

Delegação Carioca à Convenção Nacional

Realizou-se a convenção regional do Partido Socialista Brasileiro, seção do Distrito Federal. Antes da escolha dos delegados à convenção nacional, a realizar-se em São Paulo, debateram-se longamente vários aspectos da situação política, manifestando-se a maioria dos oradores contra os entendimentos do partido com outras agremiações que não sejam meras alianças eleitorais ou que se afastem da fórmula recomendada pelo Diretório Nacional: uma frente comum em torno de determinadas reivindicações, sem quebra da linha ideológica do P. S. B.

Aprovou a convenção, entre outras, duas indicações de convenção nacional: contra a instituição da pena de morte no Brasil e pela revisão e aperfeiçoamento da legislação do trabalho de modo a beneficiar categorias de trabalhadores, como os do campo, ainda não compreendidos no seu raio de ação.

Foram eleitos os seguintes representantes da seção carioca na convenção nacional: João Mangabeira, Osório Borbo, Magalhães Junior, Bayard Baitaux, Fernando Arruda, José Lopes Vero, Osvaldo Silva de Almeida, Leopoldo Miranda Lima, Joaquim Boomorte, Consuelo Tavora, Isaac Izsken, Nestor Peixoto, Alexandre Romer, Roberto Toledo, Zoroastro Ramos e Sílvia de Barros.

oficiais dos empregados, e os stalinistas. Todavia, por incongruente que possa parecer à primeira vista essa identificação, tem ela o mérito de acenar e delimitar de demarcação que existem entre os que pretendem transformar o sindicato numa célula partidária ou numa agência do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio — o que vem a dar no mesmo — e os que pretendem fazer do sindicato um instrumento de luta do trabalhador. E de luta não só

econômica, como social e política, uma vez que o trabalhador, oprimido economicamente, tem de possuir uma arma para lutar politicamente a fim de enfrentar o adversário na mesma arena de que este se utiliza. Os socialistas que atualmente tomam posição a favor da pluralidade sindical sabem que não se trata sómente de fazer prevalecer este ou aquele sistema de sindicalismo, mas se trata de preservar o próprio princípio da liberdade sindical.

GUERRILHAS EM SÉRIE

A insurreição foi definitivamente esmagada? Os bandos comunistas da "bandeira vermelha" e da "bandeira branca" foram repellidos em direção ao norte do país. O povo karem, que quisera aproveitar-se da situação caótica da Birmânia, para estabelecer um Estado independente, englobando amplas minorias birmãs, acabou por aceitar a solução federalista. Mas o país está ainda longe da pacificação. Para poder chegar a Mandalai, a antiga capital, o avião continua sendo o meio mais seguro. No curso do ano passado, os rebeldes conseguiram isolar de novo Rangum — pela décima sexta vez — de seus depósitos de água, o que dá boas oportunidades para os vendedores de água potável, que se suprem nos lagos vizinhos. Ao norte, nem o exército do Kuomintang nem os guerrilheiros comunistas preocupam-se com a autoridade de Rangum. O mau estado das estradas de rodagem, os perigos de proleção. A porção de território que escapa ao controle do governo central é, talvez, mais considerável que a admitida pelas informações oficiais. Gradualmente repellido para a periferia, a guerrilha permanente não será liquidada prontamente. Para a "China Popular" não faltará pretextos nem ocasiões, para interferir quando lhe pareça conveniente. Os atlas escolares chineses já começam a mostrar certas partes do norte da Birmânia anexadas ao território chinês...

Há precisamente dois anos, o primeiro ministro Thakain deu um discurso seguido no estilo dos chefes de Estado comunistas, no qual analisava minuciosamente a situação e as perspectivas históricas. afirmou: "Pequena é a diferença entre o ano II da revolução birmãesa e o ano II da revolução russa". Entretanto, esta afirmação era precedida por uma evocação da Rússia de 1918 - Ano I - ou seja, a de um poder central ameaçado por todos os lados, separatismos insurrecionais, atentados, a contra-revolução rugindo.

Na verdade, o regime birmãesa esteve, em duas ocasiões, mais ameaçado do que o este-ve o regime bolchevista no seu comeco. Esteve a ponto de desaparecer em julho de 1947, quando, às portas da independência, Aikang Sang, primeiro ministro de incomparável prestigio, foi assassinado juntamente com parte dos membros do governo. Entretanto, por analogia, o regime jugoslavo privado de Tito e de oito de seus principais colaboradores. A "Frente Antifascista", entretanto, superou a crise. E a nova equipe, da qual U Ba Swe é o homem forte, afirmou rapidamente sua autoridade com um sangue-frio cuja maior prova está no fato de não haver instaurado, na ocasião, o terror policial.

Quando à segunda crise, no verão de 1948, a que acima nos referimos, foi ela superada?

DA INSURREIÇÃO A INFILTRAÇÃO

Depois de haver enfrentado a insurreição, a Birmânia terá que resistir à infiltração, essa forma mais sutil da agressão. Saberá fazê-lo? Eis o que diz a esse respeito o refugiado U

BIRMÂNIA A IUGOSLÁVIA DO ORIENTE

Conclusão do número anterior

FRANÇOIS BONDY

Po Mya, personagem do drama "O povo vence", que representa a teatralização do "putsch" de 1948.

"Dirão, talvez, que falo como um tirano, porém pergunto-me se esta insurreição não foi uma bênção. Porque, se a rebelião não houvesse mostrado sua face, os comunistas nos teriam surpreendido enquanto dormimos e nos teriam posto a corda ao pescoço, antes que pudéssemos ver os chifres do diabo. E todo o país teria naufragado..."

O autor desta peça teatral, cujos méritos didáticos são superiores ao seu interesse dramático, é o primeiro ministro U Nu, autor fértil, tradutor de Karl Marx e de Dale Carnegie, marxista e budista ardoroso, ao mesmo tempo, enfim, um autêntico representante da nova "inteligentzia" que governa o país. Para ele, como para seus companheiros, o golpe comunista assinala um despertar, o fim de uma lusão. A obra coletiva "O Deus das Trevas", essa grande confissão de comunistas decepcionados, foi, na Birmânia, um grande êxito de livraria. E alguns dos atuais dirigentes birmãeses poderiam aumentá-la, com suas próprias memórias. A batalha que os comunistas perderam com a tática insurrecional poderia ter sido ganhas com a tática de infiltração. Mas esta infiltração não é simplesmente "ativa", porque a "virada" comunista já está se verificando. Pode-se esperar a liquidação oficial das guerrilhas comunistas e uma submissão, uma "capitulação sem condições". Em todas as partes a política de violência e aventura desencadeada pelos comunistas, simultaneamente na Birmânia, em parte da Índia e na Indonésia, fracassou totalmente. Em todos os lugares ficaram eles em evidência como inimigos da independência nacional que a princípio haviam reivindicado e que tentaram abater precisamente no instante em que ela triunfava, antes de sua consolidação. A tática "putschista" foi um fracasso completo. Rompeu a solidariedade entre comunismo e nacionalismo, substituiu os antigos laços de fraternidade por um agudo ressentimento.

Agora vai abrir-se um novo período de "Frente Popular", com a infiltração e a conquista dos intelectuais como principal objetivo. Note-se, a propósito, que inclusive no período "putschista" a infiltração desempenhava seu papel, já que essa tática sempre é usada, como método complementar de todas as outras táticas comunistas. Na Birmânia, o Partido Comunista dispõe, sem dúvida, de cúmplices nos quadros da polícia e do exército, mas isso ainda é muito pouco, em comparação com as possibilidades que se lhes apresentarão, quando se apresentar como auxiliar "cuidadoso" da revolução socialista birmãesa.

Os dirigentes socialistas birmãeses mostram-se confiantes. "Agora já sabemos — dizem eles — o que são os comunistas; em hipótese alguma lhes daremos postos de respon-

sabilidade, mas, ao mesmo tempo, não hostilizaremos os extraviados, pois daremos a todos a possibilidade de reabilitar-se no trabalho comum. E, sabendo isso, um número crescente de comunistas vêm para nós".

Confesso não partilhar completamente este otimismo oficial. Na verdade, os dirigentes birmãeses apreenderam muito com a experiência, e já se livraram de muitas de suas ilusões. Mas não prestaram, ainda, mais que uma atenção distraída à luta ideológica que opõe o socialismo democrático ao comunismo totalitário e que tenderá cada vez mais a substituir a luta armada. Ainda são bastante liberais, por gosto e pelo respeito tradicional da pessoa humana, ainda não mediram todo o abismo que separa as duas concepções. Eretanto, os comunistas, na Birmânia, como em toda a Ásia ainda livre, apontam para a cabeça — conquista dos quadros, conquista dos estudantes, que são os quadros de amanhã — e aproveitam-se de toda a confusão, de toda ignorância. A publicação sistemática de documentos sobre a realidade soviética e sobre a sorte dos satellites russos brilha pela sua ausência. A documentação de origem iugoslava, que goza do conceito mais favorável possível na Birmânia, poderia ajudar a esclarecer essa lacuna.

UMA EXPERIÊNCIA DE LIBERDADE

Simultaneamente "democracia popular" e união federal, tolerante e autoritária, a Birmânia vive hoje o que se deve denominar uma experiência de liberdade, uma das mais interessantes e originais das que existiram até o presente.

O regime é evidentemente autoritário, por ter se roldado de certas garantias que asseguram sua existência. Durante as eleições, os povos que correm o risco de votar mal são discretamente informados de que sua proteção contra os bandos armados poderia não ser assegurada, e isto é um meio favorável a expressão da liberdade. Dispondo aproximadamente de 80% dos lugares nas duas Câmaras, a Frente Antifascista, que, desde a defeção dos comunistas, é constituída por um bloco de socialistas e elementos sem partido, pode se permitir certa generosidade em relação aos opositores dispostos.

Mas o fato capital é que esta tolerância de opiniões e estas liberdades é realmente praticada. Isto contrasta, felizmente, com tantos outros regimes que, não obstante assegurarem que a "esmagadora maioria" os sustenta, se abstem de dar à "minoría esmagada" a menor possibilidade de exprimir sua opinião e de organizar-se, não se atrevendo a abrir a menor brecha em seu sistema monolítico. Neste caso, a função da maioria esmagadora é precisamente a de esmagar todos os que não aceitam tomar parte na mesma. E isto significa, segundo

a definição sempre válida de Guglielmo Ferrero, que os dirigentes birmãeses têm menos medo do povo que os demais governos "populares".

Porém, o totalitarismo continua sendo uma nostalgia, se não uma tentação. "Acredita o sr. verdadeiramente que o regime do partido único e da democracia sejam irreconciliáveis?" — perguntou-me um membro influente da Frente Antifascista. Esta pergunta me conduziu bruscamente a cinco anos atrás, a Praga, onde, então, tive análogas discussões com comunistas tchecos — um deles, depois de ignóbeis e falsas confissões, acaba de ser enforcado, com a aprovação pública de seu filho menor. Mas os comunistas tchecos não faziam perguntas: possuíam todas as respostas. Se se lhes dizia que uma democracia liberal que assegurasse democraticamente a autoridade de um primeiro ministro comunista era preferível a uma ditadura, respondiam que tal regime era reacionário, ou, pelo menos, retardatário... e que era preciso olhar para a democracia populista de Tito para ver uma democracia popular realmente desenvolvida e progressista. Depois, Tito convertia-se em "cão raivoso". Os comunistas tchecos, tão ancilosos por elevar-se, da vulgar democracia formal para o estágio superior da ditadura, assinarão, ao mesmo tempo, a sua pena de morte. Existe, desse modo, em toda época, ao lado do progresso autêntico, essa espécie de chamamento para baixo, que faz desajar a morte como resposta ideal para uma vida demasiadamente atropelada, a ditadura como uma democracia conseqüente.

Os socialistas birmãeses não são ideólogos obstinados: a tentação da ditadura, se é que a têm, se explica facilmente pela circunstância. Mas, ao drama subjetivo da tentação se acrescenta uma lógica "objetiva" do deslissamento. Da mesma forma que a Tchecoslováquia, antes do golpe de Estado, a Birmânia está instalada a meio caminho entre a democracia liberal e a democracia popular. Agora pergunta-se: é possível instalar-se e permanecer em tal encruzilhada? No que toca à Tchecoslováquia, uma esperança dessa natureza não era permitida e eu expressara essa minha convicção em 1947. O partido mais poderoso odiava a democracia e a utilizava como o fizeram os nazistas, nos tempos de Weimar. Os socialistas birmãeses, por seu lado, não entregaram sua alma ao mecanismo. É dialética, e à disciplina de um Centro distante. Combinam a fé na revolução política com o respeito sincero de uma dupla tradição cultural budista e britânica. A liberdade de imprensa, herança do imperialismo britânico, é evidente. Inclusive o número de jornais que aparecem é surpreendente. E sempre são redigidos em inglês. Porque um povo tão orgulhoso de haver se libertado de seus dominadores estrangeiros — mas menos convencido de haver tido razão em abandonar a Common-

wealth enquanto que a Índia ali permaneceu — continua tão ligado a uma língua ocidental? O diretor do diário independente "The Nation" afirmou-me que a razão disso é de índole lingüística, uma cadeia de circunstâncias, florida, cheia de círculos lógicos. Torna-se difícil redigir em birmãesa "manchetes", dar informações breves, precisas... Um novelista birmãesa disse-me que se está realizando uma revolução na língua birmãesa, através de toda uma nova escola literária. Seja o que for, a língua continua um vínculo de pensamento e sua influência é grande. Embora por uma visita às grandes Livrarias. Os socialistas birmãeses, não obstante acreditarem-se leninistas, são, acima de tudo, homens que leram os livros do "Left Book Club", Harold Laski, G. D. H. Cole, John Strechey... Inclusive, atualmente se vêm atraídos pelo "hevanismo" que, todavia, decepcionará o seu gosto pela ideologia, já que não atesta esforço algum no sentido de uma unidade de pensamento. Vão-se atraídos, também, por essa verdadeira esquerda trabalhista que é a "Socialist Union", que há um ano vem se ocupando em sério esforço com o fim de reajustar as bases do socialismo.

Pode-se dizer que a Birmânia vive um regime de "democracia corrigida" ou de "Ditadura tolerante"? A forma presente do poder parece estar fora de questão, mas sua opinião H. Byre e crítica pode atuar sobre este poder e influenciá-lo. Na verdade, o "socialismo" da Birmânia se manifesta principalmente pelo fato de que os socialistas detêm o poder. Manifesta-se, também, potencialmente, por uma atmosfera especial, na qual a riqueza individual não é alienada, nem admirada, nem influente. Este clima social é, por outro lado, tradicional, e os valores budistas, de caridade e santidade, uma espécie de moral "scout" alimentada através da juventude, exercem maior influência que uma ética propriamente socialista.

O PERIGO DE AGRESSÃO ECONOMICA

Oferece esta espécie de "socialismo" soluções para os problemas econômicos, ao mesmo tempo urgentes e permanentes?

Isto já não é muito certo. O último informe da E.C.A.F.E., agência especializada da O. N. U. para a economia do sudeste asiático, com sede em Bangkok, constata secamente: "O camponês asiático produz menos que antes da guerra, enquanto que a população aumenta". Com a pressão demográfica crescente e a produtividade decrescente, uma grande parte da Ásia entrou em um ciclo infernal de desintegração econômica. Felizmente para ela, a Birmânia não está nem superpovoadá nem subalimentada. Ao contrário, continua sendo, da mesma forma que no passado, um depósito de produtos alimentícios para seus vizinhos: o Paquistão oriental, a Índia, talvez a Indonésia, o Japão. Mas os transtornos, as guerras civis, também lhe dirigiram uma desintegração profunda. A exportação de arroz, de madeira preciosa, de

(Continua na pág. 7)

P A G I N A S I N D I C A L

Reportagem de Paulo Singer

A GREVE DOS METALURGICÓS

(Continuação)

A passeata da Praça da Sé

Um dos fatos que deram maior sensacionalismo à greve foi a passeata brutalmente dissolvida pela polícia na Praça da Sé. O mais interessante no entanto é que esta passeata era completamente alheia às finalidades da greve, e a participação dos grevistas foi apenas em caráter de afiliados a sindicatos de um órgão chamado Comissão Estadual de Combate à Carestia. Vejamos pois como os fatos se deram.

Nos dias antes da greve realizou-se uma primeira passeata "contra a carestia" que levou um memorial ao governador, e então fora combinado marcar outra para ir buscar a resposta ao memorial. Neste interim estourou a greve; a polícia proíbe todas manifestações públicas, impondo desta vez a S. Paulo uma espécie de semi-estado de sítio. Se a 2.ª passeata fosse marcada, sabia-se pois, que seria transformada em exibição de força física dos mantenedores da ordem pública.

Nesta situação foi proposta a passeata; a polícia proibiu a reunião do órgão convocador (a Comissão contra a Carestia) no Sind. dos Bancários, sendo esta finalmente efetuada na noite que antecedia imediatamente o dia da passeata; surgiu grande oposição à proposta, principalmente dos 2 presidentes dos sindicatos mais importantes: Remo Forli (metalúrgicos) e Nelson Rústici (tecelões). Resolveu-se deixar a última palavra como às assembleias sindicais.

Nestas logo se delinearam os campos: de um lado, a favor, os stalinistas e seus amigos; do outro, contra, a maioria dos dirigentes responsáveis do sindicato e, nos metalúrgicos, um grupo de militantes independentes. Estava claro que a passeata seria — como de fato foi — nociva ao movimento grevista tanto por ser um desgastante inútil de forças, e contávamos com tão poucas — como pela ausência de qq. palavra de ordem positiva pela qual se pudesse lutar. No final a passeata seria para provar quem é que era mais forte, nós ou a polícia.

Nas assembleias sindicais os stalinistas foram vitoriosos; dezenas de milhares de operários foram à Praça da Sé atendendo a um apelo do sindicato, para serem atropelados pela cavalaria da Força Pública, espancados a cassetete, insultados e escorraçados — sem saberem porque nem para quem.

Cabe condenar aqui a ação inconstitucional da polícia levada a cabo com o máximo de brutalidade (causada pelo medo, pânico que a nossa polícia tem da classe operária na rua), mas também temos que condenar aqui a irresponsabilidade daqueles, que por mero interesse no máximo de confusão, não hesitaram em atirar os operários contra a polícia pelo mais fútil dos pretextos.

A inter-sindical

Apesar de terem-se iniciado quase simultaneamente, as greves das diversas categorias profissionais não tiveram coordenação anterior.

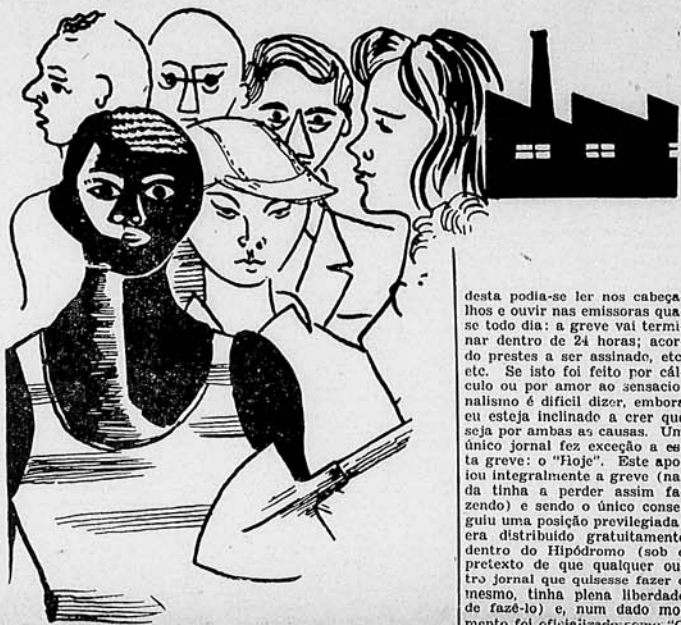
Heuve alguns contatos entre os sindicatos anteriormente, mas não se passou de um compromisso de auxílio mútuo. O desenvolvimento da situação, porém, logo mostrou que a força do movimento estava na sua amplitude; daí a necessidade de uniformizar as reivindicações, unificar as forças, coordenar as manobras no sentido de tirar o proveito máximo desta circunstância favorável. A greve dos tecelões favorecia os metalúrgicos na mesma medida que a destes últimos os primeiros, o mesmo valendo para os marceneiros e vidreiros. Daí surgir o pacto — inter-sindical ou o pacto dos 4 sindicatos. Cumpre aqui assinalar alguns aspectos importantes:

1) A reivindicação somum foi fixada em 600,00 cr. de aumento fixo para todo operário, consideravelmente mais baixo que a menor das reivindicações primitivas (800,00 cr. dos metalúrgicos). Isto serve para demonstrar que não havia, da parte dos dirigentes da greve, nenhum desejo de prolongá-la, inutilmente.

2) O comitê inter-sindical funcionou sempre como comitê coordenador, de modo que as 4 greves continuaram essencialmente separadas, com piquetes próprios, finanças próprias e assembleias próprias também. Não houve fusão das greves, mas apenas um compromisso de luta comum.

3) A inter-sindical mostrou de uma maneira objetiva a necessidade de uma central sindical. O comitê formado não pôde desempenhar este papel integralmente, mas mesmo assim foi bastante útil como centro coordenador e de troca de informações e experiências. Também no referente ao espírito de unidade de classe, que se fixou na maioria dos operários, a experiência da Inter-sindical foi preciosíssima.

A formação da inter-sindical foi aprovada entusiasticamente por uma assembleia de dezenas de milhares de operários das 4 categorias no Antigo Hipódromo da Moóca. Após a habitual série de discursos exaltando a unidade dos trabalhadores e atacando a polícia e os patrões, um orador, o conhecido stalinista Eugênio Champ, propôs uma passeata ao Tribunal de Justiça para pedir a libertação dos presos grevistas. Ele mesmo, depois de tomar a responsabilidade pelo que propunha, pôs a proposta em aprovação. O resultado todos conhecem: os trabalhadores foram cercados pela polícia na r. da Moóca e ali espancados, atropelados e dispersos...



O Hipódromo

Depois desta greve, o antigo hipódromo da Moóca será sempre considerado como um marco na história das lutas operárias de S. Paulo. Neste lugar reuniam-se diariamente centenas de operários para cuidar das providências relativas à greve; várias assembleias gigantescas também nele tiveram lugar, numa demonstração soberba do funcionamento da democracia operária.

Logo de manhã reuniam-se, nos cantos, os operários das firmas maiores; ali se organizavam piquetes, se resolviam pendências, se esclareciam dúvidas. No microfone colocada no centro das arquibancadas, trovejavam oradores improvisados.

E' na verificação do funcionamento diário, quase rotineiro deste imenso organismo que é a classe em greve que podemos encontrar as respostas a algumas perguntas importantes: houve desvirtuamento da greve? Sim e não; isto é, quanto ao feito aberto e inabalmente era geralmente repellido pela esmagadora maioria; quando, porém, era sutilmente introduzido, a maior parte do operariado mostrava-se indiferente. Assim por exemplo: conseguise impedir, com apoio geral, um convite para assistir um ato póstumo em homenagem a Stalin; também os homens da comissão contra o Acordo Militar não puderam falar à Assembleia; em compensação foram aprovados votos de louvor ao "Hoje", contra o mesmo

Acórdo Militar, etc. O que importa mais porém, a greve propriamente dita, nunca recebeu caráter político e foi conduzida inteiramente em função das reivindicações econômicas da classe. E' claro que num movimento desta natureza o mais forte dos partidos que nela se acham representados, tira certas vantagens no campo da doutrinação e do proselitismo. Nesta greve o partido mais forte foi o P. C., que se aproveitou da situação sem nenhum escrúpulo.

Qual o papel da imprensa e do rádio? Muito importante. E isto por um fator de suma gravidade: os grevistas possuíam apenas um meio de comunicação verdadeiramente eficaz, mas de alcance limitado: a palavra falada. Não tinham jornal, nem publicações próprias. Um curto programa de rádio dos tecelões foi depois suprimido. Não havia meio de alcançar as dezenas de milhares de grevistas que não viviam no Hipódromo, mas ficavam em casa. Basta lembrar que havia talvez 150.000 operários em greve e que compareceram ao Hipódromo apenas pouco mais de 8.000 para votar a proposta que decidira a greve, para se ter uma visão clara de quão importante era esta questão. Cumpria manter os operários alertas, impedir que desanimassem, que voltassem ao trabalho antes do fim da greve.

O comportamento da imprensa e do rádio burgueses foi o mais danoso possível à greve; nos últimos 15 dias de duração

desta podia-se ler nos cabeçalhos e ouvir nas emissoras quase todo dia: a greve vai terminar dentro de 24 horas; acordos prestes a ser assinado, etc. etc. Se isto foi feito por cálculo ou por amor ao sensacionalismo é difícil dizer, embora eu esteja inclinado a crer que seja por ambas as causas. Um único jornal fez exceção a esta greve: o "Hoje". Este apareceu integralmente a greve (não tinha a perder assim fazendo) e sendo o único conseguiu uma posição privilegiada: era distribuído gratuitamente dentro do Hipódromo (sob o pretexto de que qualquer outro jornal que quisesse fazer o mesmo, tinha plena liberdade de fazê-lo) e, num dado momento foi oficializado como "O jornal da greve", recomendando-se aos operários que sómente lessem o "Hoje", etc. Era difícil impedir que isto acontecesse, pois realmente não só ele abria suas colunas aos comunicados e informações dos comitês de greve, como todo seu noticiário estava a serviço de um único fim: propagar a greve e dela tirar o máximo de proveito próprio.

Como se comportou a polícia? De modo geral, favorável aos patrões, o que era de se esperar. A novidade neste caso é que, apesar dos atos de selvageria praticados durante a passeata, a polícia agiu, com alguns excessos que costumemente: os piquetes eram geralmente aprisionados, mas facilmente soltos por um diretor do sindicato no mesmo dia ou no dia seguinte; os dirigentes da greve não foram incomodados; a bandeira do sindicato dos tecelões foi levada para arrecadar fundos, ao centro da cidade, sem incidentes, etc. Qual a razão disto? Creio que em 1.º lugar política; tentava-se reconquistar prestígio no seio da classe operária da cidade, sem eleições, etc. Qual a razão disto? Creio que em 2.º lugar, de forma bem menos definitiva, jurídica: deseja-se criar um direito de greve limitado, sem piquetes, sem fundos e sem propaganda. E' a regulamentação prática do dispositivo constitucional: os operários têm o pleno direito de fazer greve desde que se abstenham de toda e qualquer medida para assegurar o seu êxito.

LIBERTAR OS SINDICATOS DE QUALQUER INTERFERÊNCIA DO MINISTERIO DO TRABALHO É A TAREFA PRINCIPAL DOS TRABALHADORES BRASILEIROS

UNIDADE OU PLURALIDADE SINDICAL

FBUS GICOVATE

A emenda apresentada no Senado à Lei Sindical, já aprovada na Câmara, estabelecendo a pluralidade sindical, provocou enorme celeuma nos meios sindicais. É de se estranhar que o projeto tenha transitado pela Câmara durante anos sem provocar praticamente a atenção dos interessados. Somente agora, por ocasião da referida emenda houve uma mobilização aparentemente em grande escala, dos militantes sindicais. A mobilização é, na realidade mais aparente do que real, uma vez que não conseguiu arrastar grandes setores dos operários sindicalizados, participando do movimento quasi que exclusivamente os elementos da cúpula. O simples fato de discussão se tratar apenas em torno de um dos aspectos do problema, deixando esquecidos outros, certamente mais importantes, mostra a grande debilidade do movimento sindical atual. A própria questão unidade ou pluralidade não foi encarada nas discussões principais do ponto de vista essencial, isto é em relação com o problema da autonomia e liberdade sindical.

Vale a pena relembrar a posição assumida pelo Partido Socialista, já em 1948, sobre a questão sindical. A Comissão Estadual de S. Paulo do Partido Socialista, em reunião plenária, realizada em Santos, a 27 de Junho de 1948, aprovou um documento sobre a questão sindical, do qual extrairmos os seguintes trechos:

"A organização sindical dos trabalhadores deve ser regulada por lei que assegure a mais completa autonomia e liberdade dos sindicatos. Os dispositivos legais devem limitar-se estritamente ao estabelecimento das normas fundamentais destinadas a assegurar os direitos dos sindicalizados e a possibilitar o funcionamento de suas associações. Os socialistas não podem aceitar a ingerência, sobre os sindicatos, de quaisquer organismos estranhos, de composição administrativa ou mista — patronal operária. Tanto a direção dos sindicatos como a gestão de seus fundos são questões de exclusivo interesse dos trabalhadores. A unidade sindical dos trabalhadores não é um ideal a ser atingido, não é algo alcançado por meio de leis restritivas, nem de medidas coercitivas; ela deve ser obra dos próprios trabalhadores, realizada, em virtude de seus amadurecimento político".

"Assim sendo, a Comissão Estadual do Partido Socialista em São Paulo manifesta-se: Contra a proibição da existência de mais de um sindicato da mesma profissão ou da mesma atividade econômica no mesmo âmbito territorial".

O trecho citado condensa de maneira magistral a posição dos socialistas na questão sindical. Sublinha, com suficiente clareza, o eixo central do todo problema — a autonomia e a liberdade dos sindicatos. Manifesta-se decididamente a favor da unidade sindical, mas condicione a mesma ao amadurecimento da consciência po-

lítica dos trabalhadores e não a uma ingerência do Estado, que acarretaria um rude golpe à autonomia dos sindicatos condição indispensável para que os mesmos possam desempenhar as finalidades para as quais foram criados.

A autonomia e a liberdade dos sindicatos resultam de processo de luta constante dos trabalhadores contra a exploração capitalista. O grau de autonomia — a autonomia e a liberdade dos sindicatos nunca são completos no regime capitalista — decorre da relação de forças entre o proletariado e a classe patronal em um determinado momento. O Estado, através de suas medidas que visam limitar a autonomia e a liberdade dos sindicatos, se coloca na realidade ao lado dos patrões em luta contra os operários. Por ocasião das greves os operários sentem mais do que nunca o caráter de classe do Estado que tira a sua máscara de neutralidade e se apresenta como é na realidade — a classe patronal no poder. As medidas de que o Estado lança mão nessas emergências visam favorecer a classe patronal, ao despojar os operários de armas com que possam lutar em defesa de suas reivindicações. Nas últimas greves de S. Paulo os operários tiveram um exemplo inequívoco. O congelamento dos fundos bancários dos sindicatos, ordenado pelo governo, se destinava a quebrar a capacidade de luta dos operários e colocá-los à mercê dos patrões. O Estado intervinha, assim, não como intermediário neutro e sim como poder mercenário, a serviço dos patrões. A mesma significação tinha a mobilização do aparato policial que, através de prisões, dissolução de concentrações, passadas e piquetes de grevistas que se propunham obter a adesão de outras fabricas, lançara mão do terror com o objetivo de derrotar os operários em luta.

A intervenção do Estado por ocasião dos movimentos grevistas é apenas um dos aspectos da limitação da autonomia da ação sindical. O Estado moderno, não podendo ignorar ou suprimir os sindicatos, se propõe domesticá-los, sujeitando-os ao seu controle e impedindo sua autonomia. Os sindicatos oficializados perdem todas as suas características originais e se transformam em simples agências do poder estatal e passam a ser manipulados por uma burocracia corrupta e servil aos interesses dos patrões e do seu Estado. A extinção completa da autonomia e da liberdade dos sindicatos só foi conseguida nos regimes totalitários e é uma de suas características fundamentais. São os sindicatos dos antigos regimes de Hitler e Mussolini. São os sindicatos da Rússia de Stalin e das "democracias populares". São os sindicatos do Estado Novo de Getúlio Vargas e do justicialismo de Peron.

No sindicalismo totalitário a unidade sindical passa a ter um significado completamente diferente do da unidade sindical fruto da obra dos próprios trabalhadores. No primeiro ca-

so trata-se de um requisito indispensável para o controle estatal. É difícil imaginar um sindicalismo do tipo totalitário capaz de assegurar a unidade da burocracia sindical, do peleguismo. O sindicato independente que escapasse ao controle desmoralizaria, com a sua simples existência, o sistema vigente no Estado. De fato, não se conhece um só exemplo de sindicalismo totalitário que não impusesse como condição fundamental a unidade sindical.

A unidade sindical imposta por lei é indiscutivelmente uma limitação à liberdade sindical. A pluralidade, ainda que consagrada no texto legal, não impede que os operários possam, como consequência de seu amadurecimento político, chegar ao ideal da unidade sindical. A introdução no texto da Lei Sindical do dispositivo que permite a pluralidade sindical não tem a significação de uma imposição ou limitação da liberdade sindical, como o teria o dispositivo de unidade sindical. Ao contrário, significa que deixa ao critério dos trabalhadores, únicos interessados, a possibilidade de optar por esta ou aquela forma de organização.

A lei sindical, de acordo com o texto aprovado pela Câmara, embora não restitua integralmente aos sindicatos a liberdade que lhes foi roubada pelo Estado Novo de Getúlio Vargas, representa, sem dúvida alguma, um largo passo no caminho da libertação do movimento sindical. Um dos grandes defeitos da referida lei era justamente a imposição da unidade sindical, contra a qual votou o autor da Lei, o então deputado João Mangabeira. A derrogação deste dispositivo pelo Senado seria um passo a mais no mesmo sentido e de se ser apoiada pelos socialistas e por todos aqueles que querem sindicatos autônomos e livres.

A tese da unidade sindical, estabelecida pelos próprios trabalhadores, fruto do amadurecimento de sua consciência política é e continuará a ser defendida pelos socialistas. Os socialistas não pretendem repetir o erro dos stalinistas que em mais de uma ocasião cindiram quando convinha a seus interesses partidários. Os socialistas não têm interesses partidários que entrem em choque com os interesses dos trabalhadores. Os socialistas pretendem continuar a luta contra o ministerialismo, contra as ingerências patronais, contra o peleguismo e contra a transformação dos sindicatos em agências partidárias, sem recorrer ao pluralismo sindical.

A unidade sindical decretada por lei, sem amadurecimento da consciência política dos trabalhadores conta com o apoio de todas as forças anti-proletárias. A simples enumeração para criar dívidas nos espíritos menos avisados. São adeptos da unidade sindical, imposta pela legislação, o sr. Getúlio Vargas, autor da legislação totalitária sindical do Estado Novo, o Ministério do

Os Industriais de Tecidos burlam o acôrdo para aumento de salários

Discurso do deputado socialista Rogé Ferreira na Assembléa Legislativa, em 10 de Junho.

Sr. Presidente e Srs. deputados, segundo notícias publicadas nos jornais desta Capital, o Sindicato das Indústrias de Fiação e Tecelagem do Estado de São Paulo, entrou com recurso junto ao Tribunal Superior do Trabalho, requerendo a sustação do cumprimento da decisão proferida no último dialetivo coletivo, quando os salários desses operários foram reajustados na base de 32%.

Tal medida visa burlar o acôrdo feito entre patrões e empregados, procurando os primeiros socorrer-se do Judiciário para fugir a esse compromisso, dando evidente demonstração de má fé para com o operariado paulista, que, confiante na Justiça do Trabalho, abandonou a greve, voltando aos seus empregos.

É justo, pois, a revolta que grassa na classe operária, que se vê na contingência, caso seja dado provimento ao referido recurso, de voltar à greve, única arma com que contam para fazer valer os seus direitos.

Não mais se poderá atribuir a elementos subversivos, como já foi anteriormente feito por alguns, a origem e fomentação de qualquer movimento grevista que venha a eclodir, cabendo a culpa desses fatos, única e exclusivamente, à classe patronal, que não sabendo cumprir a palavra empenhada, vem, mais uma vez, dar demonstração pública de sua ganância e irresponsabilidade.

Fica, pois, alertada a opinião pública, que saberá se colocar ao lado do operariado em mais esta etapa da justa luta pela reivindicação de seus direitos, agora, já reconhecidos pela Justiça do Trabalho, que coerentemente negará provimento a esse recurso.

Espérons, também, o pronunciamento do Governador Lucas Neogueira Gorcez, que, na qualidade de fiador do acôrdo realizado entre empregados e empregadores, se sentirá responsável pelo seu não cumprimento e causador indireto de mais esse malogro de que é vítima a já tão espoliada classe operária.

E esta Assembléa, Sr. Presidente, que votou o Moção de congratulações com o Sr. Governador do Estado, também tem a palavra...

De Campinas

CAMPANHA POPULAR EM FAVOR DA ANISTIA AOS GREVISTAS DA MOGIANA

DELIBERAÇÃO DO PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO SERÃO REALIZADAS REUNIÕES PÚBLICAS

Em sua reunião de 9 de junho o Partido Socialista deu-lhe o empreendimento uma campanha popular em favor da anistia aos trabalhadores grevistas da Mogiana, que foram condenados pelo Superior Tribunal do Trabalho. Visa esse empreendimento, despertar a opinião pública em defesa daqueles por diversas localidades, condenados à dispensa, quando existe uma Lei que os anistia. Serão feitas reuniões públicas e preparados memoriais e telegramas aos dirigentes do País, no sentido de ser respeitada a Lei de Anistia e reconduzidos aos seus cargos os empregados que ainda estão afastados.

Foi indicada para delinear a campanha, a seguinte comissão: Syllas Camargo, Edmo Goulart, Jairo Santoro e Paulo Vileas de Almeida, que deverão reunir-se amanhã, às 20 horas, na sede do Partido Socialista, à rua Regente Feijó, 1.028, para o estudo da questão.

Necessitando de conhecer os nomes de todos os que ainda estão afastados a comissão solicita o comparecimento dos interessados, para prestarem as informações que se tornam necessárias, bem como para participarem ativamente da campanha "Pró Anistia".

Como vinha sendo noticiado, o Vereador Eduardo Barnabé em "Tribuna de Discussão Socialista" estudou diversos problemas municipais, que foram longamente debatidos.

No próximo dia 30 do corrente, deverá estudar alguns problemas da política nacional, em "Tribuna de Discussão Socialista" o vereador Osmando Mascaro, representante do P. R. em nosso Legislativo Municipal.

(Transcrito do Diário do Povo de Campinas).

Trabalho, a Classe patronal, pela voz autorizada de seus representantes à Primeira Conferência da Indústria para Exame da Conjuntura Econômica, o peleguismo que acalentava o sonho de continuar nas posições de representantes exclusivos do proletariado e de se locupletar dos dinheiros do fundo sindical e do não também os

comunistas que pretendem utilizar os sindicatos como velucos para a sua agitação político-partidária.

É difícil admitir que tantos não declarados inimigos dos verdadeiros interesses dos trabalhadores se unam em defesa de uma tese que venha beneficiar realmente a classe operária.

Birmânia a Iugoslavia do Oriente

(Conclusão da pág. 4)

minerais e de petróleo não é senão uma fração de seu volume de antes da guerra. Para o governo, que se reserva o monopólio, o comércio do arroz é a principal fonte de divisas e, portanto, a base de todos seus programas de modernização, de higiene, de educação e de reconstrução. Um empréstimo comum dos países da Comunidade — que foi como o preço do plano de Colombo — a ajuda técnica norte-americana através do "ponto 4" e o "C. A.", a ajuda admiravelmente desinteressada e eficaz das agências especializadas das Nações Unidas — em favor da higiene, da alimentação mais racional, da educação e do socorro à infância — tudo isto não pode substituir o esforço próprio do país para retomar o seu papel de abastecedor.

A exportação de arroz faz-se outrora através de um "mecanismo" capitalista particular: o campesinato vivia sob a dupla dominação dos proprietários ausentes e dos prestaninias de dinheiro, na maioria índios. As rendas que assim arrancavam obrigavam os agricultores a transformar em dinheiro a sua colheita, vendendo-a a mais depressa possível e, portanto, a menor preço. A libertação e a revolução social significaram antes de tudo, para os camponeses, serem-se eles livres dessas exigências. A urgência para produzir e vender diminuiu consideravelmente. Nenhum novo mecanismo substituiu o implacável mecanismo capitalista. As revoluções terminam sempre por substituir os mecanismos que destroem por disciplinas novas, com frequência mais severas. A Birmânia não sofreu ainda urgente pressão de um indispensável endereçamento. A volta a uma economia mais autárquica, menos comercial não significa em si a fome. Mas equivale a renunciar ao progresso.

Há dois anos a exportação de arroz está de novo aumentando, mas continua longe de alcançar o nível anterior à guerra. Referimo-nos ao abandono dos projetos aliás um tanto vagos, no sentido de nacionalizar a terra. Este abandono permitiu ao regime manter-se na simpatia dos camponeses. É uma vantagem que a economia iugoslava não conseguiu assegurar por obstinação ideológica e hostilidade

preconcebida contra a propriedade camponesa.

Restá, porém, por formular, uma política serria positiva. O governo não parece havê-lo conseguido, ainda, salvo em um ponto, isto é, no fomento das cooperativas. Em muitos países da Ásia, os intelectuais não pensam suficientemente nos problemas do campo. Entretanto, na Birmânia, no fundo, não têm eles outros, senão essas mesmas. E se se preocuparam com tais problemas, isso se deu, em parte, devido à influência dos socialistas índios, convertidos em herdeiros da doutrina gandista, que é um pensamento do povo.

PARA ALEM DO VERBALISMO

U Ba, animador dos programas pedagógicos, orientados no sentido de formar novos mestres, assegurou-me que a passagem da educação oral para a formação vocacional — profissional e técnica — é sua preocupação principal. Mas, para a elite dirigente, o marxismo constituiu em grande parte uma evasão no "verbalismo". No fundo de sua ideologia, como em todas as outras, existe um fetichismo das fórmulas, uma excessiva confiança na magia das palavras e das definições. A "inteligentzia" birmãesa dirigente deve reduzir-se, da mesma forma que o resto da nação. É obrigada a isto, pela experiência, se bem que aceite as lições desta. Seus chefes são bastante jovens, bastante abertos, bastantes modestos para aprender. Sabem que o começo do "progressismo" está na capacidade que os próprios dirigentes mostram de progredir.

As complicações internacionais continuam sendo possíveis. A vitória do Viet Minh, por exemplo, seria uma das que, por natureza, ameaçariam diretamente a independência birmãesa. Mas, a menos que ocorram transtornos dessa natureza, tempo não faltará para que os dirigentes birmãeses ganhem experiência, madureza e discrição, já que nenhuma sucessão durável, para o regime atual, parece provável.

É, portanto, sobre os ombros desses homens que pesará durante muito tempo a dura tarefa de salvaguardar a liberdade e a independência da União Federal da Birmânia.

DIRETORIO MUNICIPAL DE PRESIDENTE PRUDENTE

Em Assembléa Municipal realizada a 16 de Maio de 1953, foi eleito o Directorio do Partido Socialista de Presidente Prudente.

Compõem o referido Directorio os companheiros Italo Luchini - Presidente; Djalma Barbosa de Oliveira - Secretário; Eugenio Paquier - Tesoureiro.

DIRETORIO MUNICIPAL DE ITAPEVI - COTIA

As dezzenove dias do mês de Abril de 1953, reuniram-se, em Itapevi, município de Cotia, simpatizantes do Partido Socialista com a finalidade de organizar o Directorio Municipal.

A reunião foi presidida por uma mesa composta dos companheiros Augusto Luiz Martire, Milton de Miranda e Antoninho Pievesan.

Foi lido um officio da C. E. Estadual de S. Paulo, delegando poderes para a organização do Directorio.

Foi eleito o seguinte Directorio:

Presidente : Augusto Luís Martire

1.º Secretário: Milton de Miranda

2.º Secretário: Paulo Soares Tesoureiro: Antoninho Pievesan Neto

Secr. de finanças: Maria Aparecida Corrêa

Secr. sindical: Benjamin Silvano

Secr. de arremigitação: Benedito Casimiro

Secr. de cultura: Livio Souza Melo

Secr. de propaganda: Antonio Grandini

Membros da Comissão de propaganda : Guilherme Elias Martins, Miguel Salopa, José Lidio Carvalho, Roque Belmes.

Resolução sobre a situação Internacional

(Aprovada na ultima reunião do Conselho da Internacional Socialista)

O Conselho da Internacional Socialista reafirma que o Socialismo Democrático é a única base para se obter a paz no mundo e assegurar a completa utilização dos recursos naturais e seu aproveitamento pelas massas em condições de liberdade política e econômica e de justiça social. Os Socialistas por isso resistem à exploração pelo capitalismo e à escravatura política e econômica imposta por todas as formas de totalitarismo, quer sejam eles fascistas ou comunistas. O Conselho da Internacional Socialista afirma a convicção dos socialistas democratas de que todas as diferenças entre Estados são possíveis de serem resolvidas pacificamente. O mundo livre, e particularmente os trabalhadores, têm empregado todos os seus esforços para a paz através da segurança coletiva, a aceitação de arbitragem e desarmamento internacional. Até que isto seja conseguido, as democracias devem permanecer armadas, unidas e vigilantes na defesa de sua liberdade.

O Conselho congratula-se com as esperanças dum relaxamento de tensão que foi levantada decorosamente com grande disposição da URSS para levar avante, neste assunto, a posição da grande maioria das nações unidas. Da mesma maneira, o mundo livre não deve perder qualquer oportunidade que esta tendência possa apresentar para o término da guerra fria. Os socialistas entretanto não esquecem que existem diferenças fundamentais entre o sistema soviético de ditadura e o mundo livre.

O Socialismo democratico denuncia todas as formas de discriminação racial como uma desgraça para a humanidade. O Conselho anota com satisfação a aparente decisão da URSS de finalizar sua detestável política anti-semita.

Um real e imediato relaxamento de tensão deve seguir com o final da guerra na Coreia, de acordo com os princípios da carta das Nações Unidas. A restauração da paz na Ásia deve permitir o estabelecimento de relações normais com a China comunista e o ajustamento da questão de sua representação nas Nações Unidas.

Além disso, é essencial garantir condições fixas nas regiões perturbadas do Este Médio e assegurar construtiva cooperação, baseada sobre uma paz estável, entre os Estados de Israel e da Arabia.

Da mesma maneira, na Europa é essencial que o tratado da Austria seja terminado, sob bases de eleições livres, assim como o da Alemanha.

A paz final não será uma realidade, enquanto não acabar o imperialismo e a ditadura, e enquanto as nações e povos de todos os lugares da Europa e do mundo não puderam usufruir completa liberdade democratica.

A paz é também ameaçada pelo terrível e espantoso baixo nivel de vida que centenas de milhões de pessoas sofrem nos países sub-desenvolvidos. As Nações Unidas devem empreender o estabelecimento de um fundo para o desenvolvimento econômico das fontes produtoras dessas nações. As reservas das nações mais altamente desenvolvidas devem estar livres para esta finalidade e para o desenvolvimento progressivo do desarmamento, incentivando o deslocamento econômico, e criando clima para aplicações nessas nações a ao mesmo tempo provendo um melhor nivel de vida para os povos das areas sub-desenvolvidas.

O Conselho da Internacional Socialista concita os partidos socialistas de todo mundo para que apliquem o máximo de seus esforços junto aos seus governos para que não deixem de aproveitar nenhuma oportunidade para facilitar a situação internacional e para tomar a iniciativa na causa da paz.

De São José dos Campos

Realizou-se no dia 7 de junho último um comício do Partido Socialista Brasileiro em São José dos Campos. Esse foi o primeiro comício realizado no interior do Estado, de acordo com o programa organizado pela Comissão Executiva Estadual do Partido.

Ao comício socialista afluíram considerável massa popular. Falaram, entre outros, o vereador socialista de São José dos Campos, sr. Mário Scholtz, os deputados estaduais Cid Franco e Rogé Ferreira, os jornalistas Domingos Carvalho da Silva e Fábio Moura.

O PARLAMENTARISMO

(Conclusão da 1.a pág.)

tensão) à luz do que é a opinião pública brasileira em matéria política para sentir imediatamente que o parlamentarismo entre nós não tem a menor sentida como expressão de um movimento mais puro e um governo mais sensível à vontade popular. Pais em processo recente de urbanização; constituído demograficamente por uma maioria de analfabetos, doentes, miseráveis; constituindo apenas agora a sua indústria como base de uma futura autonomia econômica — a sua popula-

ção eleitoral não é base para semelhante sistema.

Disto decorre o mais. Decorreria em nosso caso a formação de pequenos oligarquias, fazedores e desfazedores de governos, formados de deputados eleitos à Keutendjian, à Petrilli, à Carlos. As consultas periódicas à vontade soberana do povo seriam farsas demagógicas, como tivemos no tempo do Império as eleições a cacete, corrite e delegada.

No Brasil, por muitos e muitos anos teremos de admitir apenas aquelas

formas de governo com duração prefixadas e iniciativa do executivo. Se o getulismo é o perigo do presidencialismo, a anarquia é em nosso caso (como está sendo no francês por outros motivos) o perigo constante do parlamentarismo. A bagunça pura e simples, com farandulas de deputados, cabos eleitorais e "empenhos" brigando trimestralmente pela formação de um novo governo. Não houvessem outros motivos, acho que estes bastariam para rejeitar a emenda Pila.

O Povo de São Paulo deve se preparar para uma nova "Vassourada" nas proximas Eleições Estaduais.

O REACIONARISMO DE GARCEZ BAIIXO EM CAMPINAS



Despertam os latifúndios para a luta contra a reforma agrária — O que significa trabalho técnico sem preparação política — Pequeno-burguesa a revolução mexicana e por isto continuam os latifúndios

Quatro pontos de maior importância, no "Seminário Latino-Americano Sobre os Problemas da Terra", marcaram em definitivo o início de uma nova fase na luta pela reforma agrária. Eles revelam entre outras coisas, a que grau poderão atingir amanhã o que hoje são apenas sintomas de reação — e revelam, acima de tudo, a disposição dos latifundiários de aceitar a evidência dos fatos, lutar contra ela, em vez de permanecer conflantes no conceito de que reforma agrária não passa de discussão acadêmica. Os pontos são:

- 1) — discurso do governador Lucas Garcez;
- 2) — Informe brasileiro, preparado pela Comissão Técnica de Política Agrária;
- 3) — Informe mexicano, com 40 anos de experiência em matéria de reforma agrária;
- 4) — Presença do professor Rossi Dória, um dos orientadores da reforma agrária na Califórnia (Itália).

O DISCURSO

O discurso do governador Garcez foi o primeiro grito de uma linha de ação traçada e executada pela Sociedade Rural Brasileira (senhora dos latifúndios) durante os trabalhos do Seminário. Ele, melhor do que ninguém, fez ouvir a quanto andava a preocupação dos poucos donos das maiores áreas economicamente aproveitáveis do país, pronunciando um discurso que foi uma definição.

O fato é que ninguém esperava definições em Campinas, jogando com o preconceito nacional de que "discussões técnicas" nunca atingem à opinião pública. O máximo esperado era o palavrório demagógico do ministro da Agricultura e uma saudação, talvez bonita, na forma, mas sem conteúdo, do governador paulista; saudação apenas. De fato, Garcez revelou que todas as ocasiões, agora, são consideradas de importância quanto ao objetivo de fixar-se definitivamente as forças em luta, campos respectivos, disposição e argumentos. Seja em Seminário ou em retreta dominical: o importante é atrair primeiro.

Garcez se definiu contra a reforma agrária. Este manei de querer interpretar discursos é idiótica completa: o que foi dito não pode ser desdido. E Garcez disse exatamente isto: — "já foi dito, há pouco, o quanto a nossa economia necessita de uma agricultura eficiente. Se a obtenção da máxima eficiência exige modificações em nossa estrutura agrária, procuraremos favorecer as condições que a determinem. Se forem, porém, necessárias mudanças radicais nessa estrutura, deveremos agir com muita cautela. E isso porque a estrutura agrícola de S. Paulo já se encontra bem definida e tem produzido até agora resultados satisfatórios".

Faltou incluir, entre tais resultados satisfatórios, os "reis da maça", do "pécego", da "uva", do "açúcar", do "café" e outras "rés". Porque traduzia, talvez "típe literis", o ponto de vista da Sociedade Rural Brasileira, utilizando mais a diante o velho argumento do "reção quanto ao futuro" — argumento idêntico usaram os escravagistas, advertindo da falta de braços que iria resultar a libertação dos escravos. Disse:

"Outro perigo de uma reforma brusca em nossa estrutura agrária é que ela irá determinar uma diminuição no montante dos investimentos feitos na agricultura. Sabe-se que o desenvolvimento econômico acha-se intimamente dependente da taxa em que se investe capital na produção e que o grande problema dos países menos desenvolvidos é a falta de capital".

INFORME BRASILEIRO

O informe brasileiro é trabalho técnico de grande importância. E aqui justificamos a presença do italiano Rossi Dória:

"Reforma agrária continua sendo uma obra de políticos e de estadistas" — advertiu ele em Campinas, afirmando: "Um programa de reforma

agrária, para que possa ter êxito, necessita de domínio sobre as forças políticas e econômicas e também sobre o mecanismo do governo".

Al está a grande interrogação disso que se convencionou chamar reforma agrária brasileira. A Comissão Nacional de Política Agrária faz programas, aprova pontos importantes, prepara anti-projetos, mas é o Congresso que transforma projetos em leis. A advertência de Rossi Dória tem esse sentido: fazemos um bom trabalho técnico sem a mínima preparação política e o responsável por toda essa nossa euforia (e também reção dos latifundiários) é apenas um trabalho técnico.

A parte mais importante do informe é a que fala no planejamento governamental para a reforma agrária. Quanto à desapropriação (o maior obstáculo), diz o informe que ela deve fugir "ao rigor e limitação do dispositivo constitucional, a fim de melhor corresponder ao espírito e à letra de outras disposições".

O objetivo é contornar a Constituição, que só admite desapropriação por interesse social, coisa difícil de definir-se exatamente, explicando por A mais B e que seja interesse social e que essa explica-

cân na elaboração da Constituição, prevendo-se reforma agrária como campanha iminente. E a indenização terá que ser feita em dinheiro, à vista, no ato da desapropriação; o valor histórico, acrescido de benfitorias e juros legais.

Quanto ao crédito agrícola, diz o informe: 1) — Orientar o crédito oficial no sentido de beneficiar realmente o pequeno produtor; 2) — Como norma geral, o crédito oficial será concedido em dinheiro; 3) — O crédito deverá ser fornecido, de preferência, através de cooperativas agrícolas, intensificando-se o crédito pessoal.

Os projetos-leis já elaborados pela Comissão Nacional de Política Agrária, dentro do programa de reforma agrária: 1) — Instituto Nacional de Irrigação e Colonização, para a coordenação, num só organismo, da política de imigração e colonização; 2) — Normas para a irrigação do polígono das secas; 3) — Princípios sobre arrendamentos rurais.

OS MEXICANOS

Os três delegados mexicanos (Paterno, Lopez e Meza) fizeram o "show" do Seminário. Começando por Pancho Vila, recuando detalhadamente a 1910, "quando a distribuição de terras era feita ao som da 'Marchezinha'", revelaram com pitorescos e tudo o espírito revolucionário e violento que de-

terminou a reforma agrária mexicana, ainda hoje se arrastando sem resultado.

Entre México e Brasil, a diferença é fundamental. O artigo 27 da Constituição mexicana diz que solo e sub-solo pertencem ao Estado, podendo ser desapropriados a qualquer hora. Foi elaborado em 1917, dois anos depois da primeira lei agrária mexicana, o que significa que se trata de artigo constitucional feito com o objetivo de reforma agrária. O Código Agrário é de 1934.

É a reforma agrária mexicana em números: 40 milhões de hectares, já distribuídos (sendo apenas 7 em áreas de cultivo), continuando com o Estado e particulares 160 milhões de hectares, nas melhores regiões. Isto obrigou um dos delegados (Meza, apontado como socialista avançado) a confessar que os latifúndios continuam existindo no México. E quando se perguntou porque o Estado, apoiado na Constituição, não desapropriava logo tudo de uma vez, fazendo a reforma radical, a resposta foi clara:

"É preciso notar que não foi uma revolução socialista que determinou a reforma agrária mexicana, mas um movimento profundamente ligado aos pequenos burgueses. É preciso cuidado.

Muito cuidado é o que também precisamos.

NEWTON CARLOS

PASQUALINI E AS "DITADURAS TÉCNICAS"

DOMINGOS CARVALHO DA SILVA

Meu artigo do último número da "Folha Socialista" provocou objeções verbais de alguns companheiros, que afirmam haver, no Partido Trabalhista Brasileiro, alguns elementos "bem intencionados" e predispostos a aderir ao Partido Socialista. Interrogados sobre os nomes de tais elementos, esses companheiros mal avisados citam logo — entre dois ou três nomes — o do ilustre senador Alberto Pasqualini. E eu os considero mal avisados — e não inimigos do Partido — porque certamente eles não conhecem o verdadeiro pensamento político do senador gaúcho, apontado sempre como uma garça imaculada entre perigosos falcões...

Esse pensamento político vem expresso, todavia, num artigo sobre as "Ditaduras", publicado por Alberto Pasqualini no n.º 8 da "Lanterna Verde" (Boletim da Sociedade Felipe de Oliveira), em julho de 1944. Naquela época, já se apresentava a derrocada final do nazismo e todos os democratas aspiravam, no Brasil, ao fim do Estado Novo. E nesse sentido trabalhavam, cada um a seu modo, e pelos meios de que dispunham. O líder senador Pasqualini, que alguns socialistas de calças curtas tentam caçar, como se fosse uma borboleta de asas desprovidas, era, porém, já naquele tempo, uma escora intelectual da arruinada ditadura estadonovista.

O artigo "Ditaduras" prova em Pasqualini a presença de um homem inteligente, de raciocínio claro, e que não poderia iludir-se diante de nenhuma aparência. Se escrevia em defesa do fascismo nacional, é porque gostava mesmo do regime, com sua carta outorgada, seus decretos-leis, seu "poder legislativo" que nunca saiu do papel, suas incriveis "leis constitucionais", sua censura, seus dipes, etc. Era preciso, porém, distinguir ditaduras e ditaduras... De um lado, estavam as ditaduras inimigas de Hiroito, Hitler e Mussolini. Eram ditaduras feitas, de "forma regressiva"; e de outro, estava a ditadura "made in Brasil", sorridente e simpática, na qual Graçiliano Ramos e Carlos Drummond de Andrade fingiam ser esquerdistas e colaboravam com Augusto Frederico Schmidt, Tristão de Ataíde, San Tiago Dantas e outras figuras da reação na revista "Atlântico", do Secretariado de Propaganda do governo do sr. Salazar... O sr. Pasqualini estava a favor dessa "ditadura técnica" e sustentava com desassombro sua opinião.

"As ditaduras técnicas têm caráter construtivo" — escrevia o hoje senador "trabalhista", depois de afirmar que "foi o golpe de Estado de 1937 que preservou entre nós a democracia". Quer dizer que fechar o Parlamento, decretar a intervenção federal nos Estados, colocar juizes e professores em disponibilidade, impor por decreto uma "Constituição", dissolver os partidos e exilar os seus chefes, liquidar a liberdade de imprensa, etc., significava, para Alberto Pasqualini, "preservar a democracia"!

Neste caso, o regime nazista era muito mais democrático, pois fora instituído e sancionado pela vontade da maioria do eleitorado. Não havia motivos para considerá-lo uma forma "regressiva" de ditadura. E nem havia motivo para considerá-lo "técnica" a ditadura estadonovista, a não ser que uma simpatia muito humana mas nada democrática embalsasse a temção do ilustre articulista.

Ditadura técnica é a ditadura bolchevista, chamada também, "do proletariado". É a ditadura que desconstrói todos os valores morais e humanos, em proveito de uma hipócrita felicidade social regulamentada. Faz cálculos e planos quinzenais, nos quais o homem entra apenas como peça de máquina, quantidade de estatística, e jamais como um ser livre e moral. Para mim, as idéias de "ditadura técnica", do sr. Pasqualini, poderiam conduzi-lo — quando muito — do estadonovismo ao comunismo ditatorial, e jamais ao socialismo democrático. Um homem que acredita na eficiência de ditaduras técnicas jamais poderá merecer a confiança dos verdadeiros socialistas.

Se houver, porém, algum companheiro que ainda não esteja convencido da paixão do senador por essas ditaduras de forma "progressiva" (já que as outras são "regressivas"), que leia este trecho do artigo em exame: "A ditadura técnica não trabalha para o ditador, para um partido, para uma classe ou para um grupo, mas para a nação. As suas tarefas são essencialmente construtivas e não políticas". Se este é o pensamento de uma das expressões mais "democráticas" do P. T. B., avalie-se então o que será a "ideologia" das demais. E, no entanto, há no Partido Socialista inocentes até ao queresimismo, que consideram "esquerdistas" esta "corrente". E a esta "corrente" nos querem acorrentar esses inocentes do Leblon e de outros bairros granjinos do Distrito Federal...